

# Escravidão persistente

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Em 1850, o deputado baiano Silva Guimarães teve a estranha ideia de propor lei declarando livres os filhos das escravas nascidos a partir daquela data. A proposta foi obviamente arquivada porque era inconcebível romper o princípio jurídico de que o ventre da escrava pertencia ao seu senhor. Além disso, o recém-nascido era negro, não fazia sentido declará-lo livre sem alforria individual proclamada por seu dono. Cento e setenta anos depois, ainda parece estranha a ideia de pobre estudar na mesma escola de brasileiro rico.

Foi necessário esperar até 1871 para que a ideia do “ventre livre” chegasse ao parlamento com chance de aprovação. Depois de seis meses de debates, a lei foi aprovada por 56 votos contra 47 deputados que se opunham ao que consideravam injusta ilegalidade de “desapropriar os donos e sequestrar os filhos de escravas”. Para conseguir os votos, foi necessário determinar que os filhos só seriam livres ao completar 21 anos, as filhas aos 18. Achando pouco, o sistema encontrou forma de impedir que a lei fosse posta em prática: negar escola aos libertos. Os escravocratas perceberam que o ser humano nasce duas vezes: ao sair do ventre da mãe e ao entrar na escola.

Para abolir a escravidão de uma criança, não basta declarar livre o ventre de sua mãe, é preciso libertar o cérebro da criança ao receber conhecimento para se orientar e usufruir do mundo. O trabalho é servil por compra de escravo ou por negação de educação que assegure a possibilidade do trabalho livre. A Lei do Ventre Livre ficou incompleta por não libertar os cérebros. Os libertos receberam alforria para usar os pés e as mãos, mas não a educação necessária para usufruírem da liberdade.

Mais 20 anos foram necessários para abolir a escravidão no 13 de maio de 1888, mas manteve-se o mesmo antídoto à liberdade plena, negando escola aos pobres, descendentes sociais dos escravos; e mais 100 anos para aprovar leis que assegurassem vaga em escola a toda criança a partir de quatro aos 17 anos; e adotar o programa Bolsa Escola, para dar aos pobres as condições de frequentarem aulas, no lugar do trabalho. Também para a criação dos programas de Merenda Escolar, Livro Didático, Piso Salarial Nacional para o Professor, Planos Nacionais de Educação I e II, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico, Base Nacional Comum Curricular. Apesar disso tudo, o sistema escravocrata não se submeteu à abolição plena da escravidão.

Na próxima semana, faz 134 anos da Abolição, mas a escravidão continua mantida por sua última trincheira: a desigualdade na qualidade da escola. Não sendo mais possível negar matrícula a todos, o escravismo entranhado na mente

brasileira mantém as escolas divididas entre “escolas casa grande” e “escolas senzala”, de acordo com a renda da criança: os pobres, descendentes sociais dos escravos, separados dos descendentes sociais dos senhores.

Até hoje, a ideia de filhos de pobres estudarem na mesma escola de filhos de ricos parece tão estranha quanto, em 1850, a ideia de libertar os filhos das escravas. Ainda não se aceita a ideia de que a escola é a continuação do ventre; não se busca promover uma lei do cérebro livre para entrar no colégio independentemente da renda. Ainda vale a regra jurídica de que o conhecimento pertence a quem pode comprá-lo. A proposta do deputado Silva Guimarães foi arquivada no século 19, tanto quanto no século 21 foram arquivadas a proposta de lei que declarava falta de decoro o parlamentar matricular o filho em escola privada e a proposta de emenda à Constituição determinando prazo de 30 anos para todas as escolas serem de acesso público, mesmo não sendo estatais, todas parte de um Sistema Único Nacional Público de Educação de Base.

A escravidão sobreviverá enquanto os descendentes sociais dos escravos não tiverem seus filhos em escolas com a mesma qualidade daqueles são descendentes dos senhores de escravos: todas em um sistema único. A lei da abolição só estará completa quando, além do seu artigo “é declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil”, um outro determinar: “fica implantado um Sistema Único Nacional Público de Educação de Base em todo território nacional”, que assegure a mesma qualidade na educação oferecida a cada brasileiro, independentemente da renda e do endereço dos pais.



## Para recuperar o PIB e o emprego

» RAUL VELLOSO

Economista

Éis o grande drama da economia brasileira nos últimos 17 anos: a total perda do fôlego do crescimento. Em outras palavras, depois de o nosso Produto Interno Bruto (PIB) ter crescido entre 7% e 9% ao ano na década de 1970, perdemos o dinamismo a partir dali, e, mais recentemente, acabamos crescendo, em média e em um “solução”, a 3,9% anuais, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, mas, depois disso, a economia ficou praticamente estagnada, passando a evoluir da fase seguinte até agora à taxa média de -0,6% ao ano. Nesta última, tivemos uma primeira subfase em que o PIB desabou pesadamente de 2014 a 2016, a partir dali se recuperou até o final de 2019 (quando a pandemia começou a se alastrar pelo mundo) e veio a embicada para baixo da atividade econômica no auge da crise do novo coronavírus, quando se deu a maior queda dos últimos tempos, de 15,2%, para a medição nos últimos 12 meses. Essa situação se reverteu completamente um ano depois, com a taxa anual em +17,3%, por conta da base de comparação superdeprimida, depois a taxa desabou novamente para zero, e ali está até agora, conforme a última estatística mensal relativa ao PIB produzida pelo Banco Central. O que herdamos para o futuro próximo, no âmbito das contas públicas, é o famigerado teto dos gastos públicos, cujo único

efeito visível tem sido mais corte nos investimentos públicos, e, portanto, no crescimento econômico. Ou seja, cabe fazer o que é preciso para mudar esse quadro desfavorável.

Em seguida, é muito difícil não associar a trajetória de queda do PIB à desabada da taxa de investimento em infraestrutura desde os anos 1970, diante da forte correlação que existe entre a evolução dessas duas variáveis. Mais do que isso, deve-se enfatizar que a queda do investimento em infraestrutura se concentrou, basicamente, no âmbito público. Desde o início de 1980, os investimentos privados em infraestrutura oscilavam em torno de 1,1% do PIB, enquanto os públicos desabavam cerca de sete vezes, do final da década de 1970 até a pouco, também medidos em percentual do PIB. Sobre o desempenho dos investimentos privados, vale a pena ler o comentário recente do jornal *Valor Econômico* sobre o tema: “Falta de interesse em leilões rodoviários coloca em xeque programa de concessões” (27/4/21).

Diante do viés anti-investimento-privado em infraestrutura que acreditado existir no país, é preciso que os governos concentrem esforços, antes de mais nada, no estudo da evolução recente das contas públicas, para entender as causas da desabada dos investimentos e sugerir as soluções adequadas para resolver o problema, algo a que tenho

me dedicado fortemente nos últimos tempos.

Discussão desse tema à parte, penso que os próximos governos (notadamente o federal) precisam definir o quanto antes uma meta plurianual de crescimento do PIB a ser buscada a partir do próximo mandato, calcular quanto de investimento público em infraestrutura deve ser necessário para viabilizá-la e definir um programa de ação para colocar isso em prática, incluindo especialmente um programa de ajuste dos chamados gastos obrigatórios, despesas essas que hoje a União estima ao redor de 95% do total. Ao mesmo tempo, um esforço especial para remover os obstáculos ao crescimento dos gastos privados deve ser iniciado.

Os governos devem ainda considerar a possibilidade de viabilizar as metas de crescimento do PIB com investimentos também financiados por endividamento público, algo a que se deve dedicar atenção especial, em face da forte resistência que existe em vários segmentos a esse tipo de solução. (Apenas a título de ilustração, se colocássemos como meta a taxa de investimento público total em infraestrutura de 5,1% do PIB observada no final dos anos de 1980, teríamos de investir hoje algo ao redor de R\$ 377 bilhões, em contraste com a verba ínfima de R\$ 3,8 bilhões com que o Ministério da Infraestrutura trabalhou em 2021).

## Reflexões sobre o censo das prefeitas brasileiras

» RAISSA ROSSITER

Socióloga, ex-secretária-adjunta de Mulheres do DF, líder do Comitê Políticas Públicas do Grupo Mulheres do Brasil (Núcleo DF)

Adivulgação pelo Instituto Alziras dos resultados das entrevistas com 42% das 673 prefeitas brasileiras veio em um momento importante. Em ano de eleição nacional para Presidência, governos estaduais e casas legislativas, devemos observar o que as prefeitas nos revelam sobre as dinâmicas políticas que dificultam o avanço das mulheres no poder. Convido vocês para uma reflexão.

1) As mulheres são 51% da população, mas governam somente, 12% das cidades, em sua maioria, de pequeno e médio porte. Devemos nos perguntar por que os homens governam 88% das cidades do país, incluindo todas as capitais, com exceção de Palmas, capital do Tocantins. Os homens estão no comando da gestão dos serviços de saúde preventiva, da educação básica, da moradia, da cultura, da limpeza urbana, do transporte há séculos, e as desigualdades só aumentam. A população continua sem atendimento adequado, em especial as populações mais vulneráveis como idosos, crianças, mulheres, populações indígenas, quilombolas e LGBTQIA+. Como as necessidades de todos e todas serão consideradas se as pessoas que governam são sempre as mesmas? Os mesmos sobrenomes, os mesmos corpos masculinos e brancos, as mesmas corporações, os mesmos interesses. Está na hora de termos diversidade e rotatividade de olhares e experiências na política. Se queremos construir um país atento às necessidades dos brasileiros e brasileiras, os espaços de decisão pública precisam ser mais diversos.

2) As cidades com mais prefeitas mulheres estão no Norte e no Nordeste. As regiões Norte e Nordeste, onde se concentra a maior parte das populações negras, indígenas e quilombolas, estão abrindo as portas para as mulheres na política. A única mulher governadora eleita em 2018 está no Nordeste (Fátima Bezerra-PT/RN), assim como o maior percentual de vereadoras eleitas em 2016. O crescimento da eleição de mulheres nessas regiões mostra que parte da população brasileira sinaliza o desejo de mudança no modo masculino e não inclusivo de governar e legislar.

3) Sessenta e nove por cento das prefeitas contam com outras mulheres para as tarefas domésticas e 12% as realizam sozinha. As mulheres continuam sendo as responsáveis pelos cuidados com o lar mesmo estando na posição de comando de uma cidade inteira. Pela experiência vivida pelas mulheres, podemos inferir que mesmo as prefeitas que contam com o auxílio de uma trabalhadora doméstica precisam se ocupar mentalmente e emocionalmente com o planejamento e a coordenação dos trabalhos relacionados à casa e cuidados com sua família. A carga mental coloca as mulheres no mundo do trabalho em desvantagem política. O sentimento de cansaço e estresse causado pela terceira jornada delas é estratégico para que os homens se perpetuem no poder.

4) Cinquenta e oito por cento das Prefeitas afirmam ter sofrido assédio ou violência política pelo fato de serem mulheres. Mesmo ascendendo a cargos de poder e na política, elas não estão livres de situações de machismo. Os homens se sentem no direito de ofendê-las, referindo a sua idade, aparência física, corpo, identidade étnico-racial, sexualidade e até mesmo maternidade. Por sermos poucas na política, estar no poder ainda não impede que mulheres sejam tratadas como objetos que podem ser tocados ou criticados.

5) Uma em cada duas prefeitas que sofreram violência política ou assédio não registra denúncia. Prefeitas não denunciaram porque não acreditavam que iria haver qualquer tipo de apuração. Mesmo mulheres que estão no comando de uma cidade desconfiam das instituições estruturalmente machistas. Das que registraram, 50% consideram que não houve a devida apuração dos casos e a responsabilização de gestores. Sabemos que isso ocorre porque todas as instituições que poderiam investigar, fiscalizar e responsabilizar os agressores — polícia, poder judiciário, partidos políticos, poder legislativo, tribunais de contas — ainda são dominadas por homens.

O Censo das Prefeitas mostrou que 62% delas relataram não ser representadas proporcionalmente dentro de seus partidos e que o maior obstáculo para que mulheres sejam eleitas é a falta de recursos para a campanha. As mulheres estão em desvantagens estratégicas já que as decisões sobre recursos estão nas mãos dos homens. É vital que o TSE fiscalize com rigidez para que os partidos respeitem a legislação brasileira de quotas e fundos eleitorais para mulheres. Precisamos que os partidos sejam aliados à luta pela igualdade, mobilizando recursos financeiros e humanos para as mulheres candidatas e eleitas.

Para que todas as brasileiras possam ter seus direitos defendidos e tenhamos uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, precisamos estar em todos os espaços. Nas eleições de 2022, devemos ter como meta colocar mais mulheres nos cargos de deputadas, senadoras e governadoras. Só com uma grande rede plural e diversa de mulheres — brancas, negras, indígenas, trans, jovens, idosas, mulheres com deficiência — poderemos ter governantes que atendam aos interesses de todos e todas.